



O debate dos psicoativos nas ciências sociais: uma entrevista com Maurício Fiore

The psychoactive debate in the social sciences: an interview with Maurício Fiore

Ronaldo Martins Gomes¹

1. Apresentação

Conhecidas desde a Antiguidade, as “drogas” passaram a ser concebidas como o “problema social das drogas” entre meados do século XIX e início do XX. No Brasil, esta perspectiva engendrou um modelo proibicionista, orientado por um estatuto médico/jurídico, que é base e fundamento da política sobre drogas nacional até nossos dias. No entanto, a abordagem dessa política vem sendo questionada por pesquisadoras e pesquisadores ligados ao campo das Ciências Sociais, possibilitando o desenvolvimento de outros olhares para tratar a questão.

Entre esses pesquisadores, está nosso convidado, o antropólogo Maurício Fiore que, em seu livro: “Uso de Drogas - Controvérsias Médicas e Debate Público”², desenvolveu uma pertinente análise sobre o debate público atual na temática “drogas” no Brasil. Fiore investiga, há quase duas décadas a temática dos psicoativos e, atualmente, está vinculado profissionalmente ao Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) e é editor da Revista Platô, periódico dedicado à temática no país.

Antes de entrarmos no conteúdo de nosso diálogo, como as leitoras e os leitores perceberão, optamos por conceber a entrevista indo além do rigoroso sentido de fazer perguntas e obter respostas. É que desenvolvemos um

¹ Ronaldo Martins Gomes é graduado em Direito (FADISC/2004); mestre (2011) e doutor em Educação (2017) pelo PPGE/UFSCar. Está em fase de defesa do doutorado em Ciências Sociais (FCLAR/UNESP), onde desenvolve a pesquisa: “A Política Nacional sobre Drogas do Brasil na perspectiva da análise de políticas públicas”, sob orientação da Profa. Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy. Realiza ainda estágio pós-doutoral no Departamento de Sociologia da UFSCar, sob supervisão da Profa. Dra. Samira Marzochi Feldman, com o Plano de Trabalho e Pesquisa, a investigação: “A representação da “cura” nas instituições totais: crenças, saberes, rituais”.

² FIORI, Maurício. **Uso de “drogas”**: controvérsias médicas e debate público. Campinas: Mercado de Letras/Fapesp, 2006.



diálogo entre as metodologias de entrevistas semiestruturadas, que orientam a abordagem coerente sobre um objeto do conhecimento, com a perspectiva de trabalho com grupos focais, que garante uma expressividade mais livre. Isso nos permitiu aproveitar melhor aquilo que nosso convidado tem para discorrer sobre suas investigações na temática das drogas.

A seguir, apresentamos ao público uma abordagem sobre a relevante temática: “drogas”, adotando como enfoque central o conhecimento cultural e científico para propiciar um olhar distanciado do modelo proibicionista/repressivo. De sua origem até nossos dias, tal modelo parece ser o mais completo e acabado exemplo de uma política pública que não consegue dar conta de seus objetivos de controle e supressão da produção, distribuição e usos de drogas psicoativas. A menos, é claro, que o fracasso da política pública seja o sucesso de outrem.

2. Entrevista

Ronaldo: Considerando a afirmativa de Bergeron (2012)³ de que as drogas são um “fato social”, no sentido dado por Durkheim a esta expressão, nesse sentido, ciente de que o público em geral obtém grande parte de suas informações a partir do trabalho da mídia, pergunto: o que são drogas, como foram e como tem sido as relações entre seres humanos e substâncias psicoativas? Quais as drogas usadas e com que fins? E quais implicações sociais esse uso teria?

Maurício Fiore: Ronaldo, agradeço, primeiro, o convite para falar com a Áskesis. Podemos partir de muitos lugares para abordar as drogas, lugares teóricos, perspectivas teóricas diferentes. O Bergeron é uma delas, né? E há outras, enfim, então eu vou partir de uma escolha particular, de uma perspectiva que eu costumo trabalhar para discutir essa questão, seja em cursos ou em artigos e textos, como um percurso das Ciências Sociais, que é o de desnaturalizar a questão, de tirar os véus que a cobrem. Eu tenho, e aí nesse sentido, eu divido a pergunta do que são drogas em duas abordagens possíveis de pensar. As **drogas enquanto substâncias**, se nós ficarmos no sentido farmacológico restrito, ou seja, substâncias que alteram funções do corpo e não se confundem com aquelas necessárias à sua manutenção. Dentro disso, as substâncias psicoativas, que são aquelas cujo propósito principal é a alteração da percepção ou da consciência, e aí já teremos espaço para toda uma discussão, entre aquelas em que há algum efeito psicoativo, mas não é essa sua finalidade, como analgésicos, anti-inflamatórios, antialérgicos e uma série de drogas que estariam em um certo limiar. E aquelas que se confundem

³ O autor refere-se aos psicoativos e seus usos como um “fato social”, na perspectiva da sociologia de Émile Durkheim (1858-1917). Ver: BERGERON, Henri. **Sociologia da droga**. 5ed. Trad. Tiago José Risi Leme. São Paulo: Ideias & Letras, 2012.



com os alimentos, como o açúcar, que também seria uma outra discussão, que estaria em um limiar também da alteração em termos de prazer. Para não entrar nessas searas pontuais, ficamos nas psicoativas, e aí eu entendo isso como um fenômeno social, ou seja, o consumo sistemático destas substâncias sob diferentes formas. Ele é histórico nas sociedades, ele é conhecido em praticamente todas as civilizações que a gente consegue alcançar com a lente da ciência e, nesse sentido, ele seria um fenômeno social. Aí vem a segunda, que eu acho que talvez se aproxime dessa perspectiva mais francesa, mais durkheimiana, do Bergeron, que é da ideia das **drogas como fato social**, porque aí seriam as drogas como nós pensamos, a partir do seu estatuto social. Então, inclusive, a palavra droga – o termo droga, que vai ser usado a partir do final do século XIX, para designar algumas substâncias – terá uma série de sentidos atribuídos a essas substâncias. E que vão mudando desde o século XIX, mas que conformam um campo, então são as drogas enquanto problema social. Evidentemente, essas duas coisas se conversam: as drogas como fenômeno social e as drogas enquanto problema social. Elas têm relação, mas, para as Ciências Sociais, é importante que a gente separe essas duas dimensões, porque quando você confunde, quando você as mistura, corre o risco de comprar a mercadoria pelo valor de face. E aí eu vou, ainda, na outra pergunta mais histórica – e é bom ficar claro que eu não sou historiador, não tenho nem de perto a competência de muitos outros colegas que são referências para falar dos usos de drogas na história. Aí estamos falando do uso de drogas como fenômeno – isso é importante – o uso de coca por andinos, por civilizações indígenas pré-invasão europeia, nesses casos, você não está falando de um problema social das drogas, porque seria um anacronismo. Aliás, nem mesmo naquilo que poderíamos chamar de história do Ocidente, quando você está falando do uso do ópio no império romano, por exemplo. Não se trata do problema social das drogas, porque essa é uma concepção contemporânea, não é nem moderna, mas é contemporânea, algo muito recente. Há muitas drogas, muitas substâncias usadas com diferentes motivações, como as motivações que poderiam ser agrupadas na tipologia religiosas. Há todo um debate, especialmente na Antropologia e na Arqueologia sobre o papel dessas substâncias em religiões antigas. Alguns fazem especulações mais ambiciosas até sobre a possibilidade de que o pensamento religioso tenha florescido junto ao consumo dessas substâncias. Mas, claro, estou simplificando.

Ronaldo: Ok ...

Maurício Fiore: Não vou entrar nessa discussão, mas elas têm um papel em muitas religiões. Você tem uma questão medicinal, terapêutica, da droga enquanto tratamento. Você tem simplesmente o prazer, a suspensão do cotidiano, isso também se mistura com a festa, com o uso ritualizado, que, muitas vezes, é tanto espiritual religioso quanto de busca pelo prazer. Então



essas coisas se confundem ao longo da história. Mas é uma história muito rica e muito densa e que, no mundo contemporâneo, de uma maneira equivocada, termina sendo vista de forma simplista, fica tudo como “o uso de drogas”. Enfim, em alguns círculos, às vezes na imprensa, ou mesmo em uma certa antropologia, ou mesmo para alguns pesquisadores mais conservadores, o uso de drogas por civilizações antigas ou por outras civilizações era organizado. Ele era ordeiro, ele estava dentro da ordem, não era como esse uso problemático que nós temos, que seria fora de uma “ordenação cultural”. Isso é equivocado, porque nenhuma droga é usada fora da cultura, e aí acho que tem a ver com o Bergeron, que você mencionou, e com todos os outros que pensaram como as definições de droga e de uso de droga são convenções sociais e não são todos que usam qualquer droga, a qualquer momento. O uso de drogas tem sempre um contexto, ele nunca é, na perspectiva das Ciências Sociais, o encontro de um ser humano fisiológico universal e uma substância pura, neutra, fora de símbolos, de sentidos, de motivações, de acesso... Isso é muito importante, que droga você tem acesso. Tudo isso está pautado por ordenações sociais. É claro que você tem os usos desviantes, quem não pode usar e vai usar, quem usa mais, quem usa menos, mas as ordenações existem sempre. Não sei se eu consegui te responder.

Ronaldo: Conseguiu sim. E essas mudanças que ocorreram ao longo do tempo nas formas de uso, na própria maneira como a sociedade passou a perceber o fenômeno drogas, então, como um problema, tu chegastes a estudar se havia disputas sobre interesses de qualquer natureza? Se sim, que disputas seriam essas? E essas mudanças na forma como o uso dos psicoativos aconteceram ao longo da história, como antropólogo, como tu vê isso? Como repercutem essas transformações na sociedade?

Maurício Fiore: Eu acho que nós devemos inserir as drogas em transformações históricas muito profundas. Você poderia voltar, ir voltando, ir voltando, mas vai voltar até a era moderna, na qual as drogas passam a um lugar mais central. Estou pensando aí as drogas psicoativas: café, o tabaco, o chá, o álcool destilado, o açúcar que, como destaca o Sidney Mintz⁴ são fundamentais para a construção da modernidade capitalista. As drogas, então, como outras coisas, ganharam importância enquanto mercadorias de alto valor agregado, o que muda seus estatutos sociais. Esses estatutos se transformam sob a égide de diversos aspectos: religioso, racial, colonial. Há inúmeros aspectos, estou citando apenas alguns. Por exemplo, processos de supremacia econômica e religiosa vão resultar na imposição de algumas drogas em detrimento de outras. Outro processo histórico importante – do

⁴ Sidney Mintz (1922-2015) foi um antropólogo estadunidense que se iniciou seus estudos na área da história social e da economia política, para posteriormente dedicar-se a estudar a antropologia da alimentação.



ponto de vista epistemológico –, é a consolidação da ciência contemporânea e de suas delimitações, como as das chamadas ciências médicas. A medicina se consolida como o campo de saber primordial sobre drogas no mundo contemporâneo e isso vai delimitar um lugar para as drogas: há aquelas drogas para uso médico e aquelas que vão ser proscritas ao longo do século XX em nível mundial. Elas seriam aquelas nefastas, não teriam sequer uso médico; outras ficam no limiar, têm uso médico, mas devem ser extremamente controladas, como a heroína. E aquelas que vão escapar, curiosamente, da noção de droga, como o álcool e o tabaco, né? Há uma longa discussão dos processos históricos envolvidos na conformação da questão das drogas contemporâneas, que é impossível tratar de maneira apropriada aqui. Há questões políticas de diversos tipos, geopolíticas e econômicas. Há questões religiosas, que se destacam quando você analisa os Estados Unidos – sempre lembrado como o país pioneiro, que sedia a construção de um paradigma para tratar das drogas. Nos EUA, todas essas motivações estão presentes, como a religiosa – a aversão protestante à alteração da consciência. Há questões econômicas, como os interesses de alguns grupos em proscriver algumas drogas para lucrar com isso; há questões geopolíticas, como os embates com potências europeias; há a força de burocracias estatais; há movimentos sociais nascentes, como o de mulheres contra o uso de álcool, que foram importantes para a Lei Seca, por exemplo – nesse caso, porque as mulheres se consideravam vítimas preferenciais de homens improdutivos e violentos que bebiam. Então você tem um grande arcabouço que é parte, para sintetizar, do que eu chamo de paradigma proibicionista.

Ronaldo: Entendo ...

Maurício Fiore: Esse é um paradigma contemporâneo que vai estabelecer como os Estados, entendido aí como os Estados-nação, se portam diante do fenômeno de uso de drogas. Não todas elas. Estamos tratando, aqui, principalmente daquelas drogas proscritas. Eu uso o termo paradigma, porque acho que é paradigma para além de um conjunto de tratados internacionais – como as três convenções internacionais, a primeira, 1961, depois 71 e 88 – e de leis. O proibicionismo é um paradigma, porque é também um modelo epistemológico, influenciando decisivamente a ciência. Ele é um paradigma mental, no sentido de cognitivo, organiza essa questão na percepção das pessoas sobre o tema. Isso não quer dizer que foi simplesmente imposto. Ele foi instituído a partir de diversos feixes de poder que, cruzados, produziram esse consenso internacional decisivamente influenciado por uma superpotência, os Estados Unidos. Mas não apenas por força dessa potência, como o caso brasileiro mostra. Tínhamos, aqui, nossos próprios feixes de poder proibicionistas. Sempre fomos vanguarda de proibicionismo, de certa maneira. O paradigma proibicionista está amparado em dois pressupostos



lógicos, que não anulam os feixes de poder envolvidos. Ao contrário, confere a eles uma forma discursiva, por onde a discussão sobre drogas sempre passa. O primeiro pressuposto do proibicionismo é o de que algumas drogas, justamente essas que a gente chama de drogas e que, historicamente, foram eleitas como exemplo de droga – os opiáceos (notadamente a heroína), a cocaína e a maconha – seriam nefastas porque produzem o mal ao indivíduo e à sociedade. Essas três drogas ganharam uma lista grande de coleguinhas ao longo do século XX e XXI, mas elas foram uma espécie de tipo ideal, nefastas, para que o Estado tivesse tutela jurídica para interditar as práticas relacionadas ao seu uso. Isso não é banal porque nós estamos falando de Estados contemporâneos que, com idas e vindas – temos, aí, ditaduras e totalitarismos no caminho – foi progressivamente abrindo espaços para as liberdades privadas, como a sexual e religiosa. Estou concentrando minhas análises principalmente nas chamadas democracias ocidentais. Claro que há uma discussão mais profunda nesses temas, mas chamo a atenção para o fato de que, no caso das drogas, a questão, do ponto de vista do direito, se institui enquanto restrição radical. Quando proíbe essa prática baseado em seu primeiro pressuposto, isso não é suficiente. Há, então, o segundo pressuposto: é necessário não apenas proibir as pessoas de usarem drogas, é necessário a perseguição a produtores, distribuidores e, redundância, aos consumidores destas substâncias. Não tem segundo pressuposto sem o primeiro. O primeiro o sustenta, mas o segundo é que vai dar a guarida, vamos dizer assim, para o paradigma proibicionista no mundo do pós-guerra. Porque aí é que as drogas serão vistas definitivamente como inimigas. O primeiro pressuposto, ele pode estar em lei, ou pode estar em uma norma cultural, que diz algo como “é proibido usar cocaína”. Vamos supor. Mas, se ele parasse por aí, seria uma espécie de uma convenção, um pouco como a gente vive agora na pandemia. O Estado diz que você não deve, diz até que você é proibido de sair, mas se você sair, não será punido. Em alguns lugares, com o presidente das Filipinas falou no início da pandemia “– Vou matar quem sair de casa”. E Duterte⁵, numa mórbida coincidência, é justamente aquele que promove o assassinato de qualquer pessoa que se envolva com comércio e uso de drogas.

Ronaldo: Sim, continue, por favor ...

Maurício Fiore: Claro que não precisaria chegar nesse termo. A guerra às drogas, ela não necessariamente envolve pena de morte. Mesmo nos Estados Unidos não envolveu, não há pena de morte para traficante. Mas é guerra, o sentido bélico da perseguição, o sentido policial e jurídico, se necessário, mata-se aqueles que resistem. Enfim, esses dois pressupostos organizam o

⁵ Rodrigo "Digong" Roa Duterte (1945-) é um político e advogado filipino, desde de 2016 é o presidente das Filipinas. Descrito como político populista/nacionalista, caracteriza sua política sobre drogas pela violência de Estado.



proibicionismo, o seu sentido lógico, mas, em cada país, em cada contexto, ele assume formatos peculiares. Nos casos brasileiro e americano, a questão racial é muito importante. Você não tem como discutir de maneira profunda a questão das drogas no Brasil excluindo a questão racial. Ela não é o único ponto, nem sei se é o mais importante. Alguns defendem que seja, mas os dados demonstram que a questão racial está entre os eixos fundamentais da política de drogas brasileira. Em outros países, ela não é relevante. Há países que têm um proibicionismo severo, como a Suécia, cuja questão racial não é relevante. Mas, em todos eles, seja na Suécia, no Brasil, nos Estados Unidos ou nas Filipinas, os pressupostos do paradigma estão operando e ele só começa a rachar quando esses pressupostos são abalados.

Ronaldo: Ok ...

Maurício Fiore: Vou me estender um pouquinho mais só para explicar essa última parte. Por exemplo, Portugal: o modelo português questionou o segundo pressuposto do paradigma, mas não o primeiro. É proibido usar, não se deve usar, mas se você usar, pode ter uma sanção administrativa, terá sua droga confiscada. Você não é um criminoso, mas não deve fazer isso e não pode comprar a droga legalmente. No entanto, Portugal não persegue penalmente os usuários. Não gasta esforços com isso, mas segue perseguindo os produtores e distribuidores

Ronaldo: Sim ...

Maurício Fiore: Quando você olha o caso do Uruguai, o caso da maconha, especificamente, você tira a maconha desse paradigma: “pode usar maconha, seguindo determinadas regras, e se pode produzir e distribuir destas formas”. Fora dessas regras, continua proibido, mas o paradigma não está mais de pé, porque você não tem mais a ideia da droga nefasta e nem da perseguição bélica a essa droga. O que não significa que não haja controle estatal, mas o oposto do paradigma proibicionista não é o controle, é a quebra de seus pressupostos radicais para o papel do Estado.

Ronaldo: Pensando em nosso século XXI, proponho uma pergunta absurda, e intencionalmente aberta: quais são as principais questões em torno do tema drogas no mundo (e no Brasil)?

Maurício Fiore: Bom, essa é famosa questão sobre “Deus e sua obra, né?”. Começaria com algo que eu não falei antes, mas que é importante porque alimenta um desentendimento geral e, às vezes, até coloca barreiras ao diálogo. Falei de motivações econômicas, falei de motivações religiosas, disse muito sobre motivações históricas na instauração do proibicionismo. Mas há



uma que tem muito a ver, inclusive, com os tempos atuais, que é a motivação que podemos chamar de sanitária. As drogas e seus usos se relacionam, também, a intensos sofrimentos. As drogas se relacionam ao prazer, à religião, ao conhecimento, ao cuidado terapêutico, mas não podemos ignorar suas facetas negativas – especialmente, a dependência, que se acelerou na contemporaneidade. Não podemos falar de drogas sem falar de quem se torna dependente delas, os que, antigamente, eram chamados de viciados, de forma a produzir estigma. E, também, há outros riscos à saúde mental que não se esgotam na dependência, como psicoses, por exemplo. Há também riscos fisiológicos, como o aumento de risco de câncer, para citar só um, relacionado ao uso de drogas como o tabaco e o álcool. E, falando em álcool, ele é um bom exemplo de um terceiro risco de saúde pública associada ao uso de drogas, que é sua associação, a potencialização de comportamentos violentos, como a condução de máquinas e as agressões. Isso permite que a gente estabeleça um canal de diálogo com diferentes posições políticas. O proibicionismo não é simplesmente um paradigma de repressão. Nesse ponto, embora eu não seja um foucaultiano, assim, de carteirinha, o que seria uma contradição, gosto muito da crítica de Foucault ao que ele chama de hipótese repressiva do poder, que é essa ideia de que o poder reprime, ele diz não, que não vai fazer. O poder constrói, o poder diz não e diz sim, ele organiza, ele produz, ele é positivo, nesse sentido. Ao se colocar como externo ao poder, por exemplo, como se o proibicionismo é fruto do Estado que detém o poder de me dizer que não posso fumar maconha, você está, na verdade, ignorando que a proibição da maconha se constrói por muitos feixes de poder que atravessam o Estado. Aproximando a discussão do debate atual, me parece que uma coisa mudou muito positivamente. Eu entrei nesse tema profissionalmente há cerca de vinte anos, embora já me dedicasse a acompanhá-lo desde antes, então põe aí mais ou menos vinte e cinco anos. Uma mudança clara de como o debate público se apresenta, de como o debate acadêmico se apresenta, é de como você começa a separar as drogas enquanto problema social e enquanto fenômeno social. Evidentemente, ainda está cheio de mitos, de interdições e de tabus, mas se começa a pensar de uma maneira mais racional, mais pragmática. Evoluímos nesse sentido. Quando eu comecei, além do estigma ser muito mais pesado, o acadêmico que pesquisava esse tema era pessoalmente classificado como alguém ligado a ele. Além disso, havia um certo exotismo, como se fosse um tema supérfluo, uma coisa menos importante. Países que não atingiram um nível igualitário de desenvolvimento social importante – especialmente o Brasil, que tem uma profunda desigualdade e uma cisão racial relevante –, as drogas saíram da perfumaria, corroboradas por parte da perspectiva marxista que as tratava como superestrutura, em detrimento à infraestrutura. Olharam com mais cuidado a questão das drogas por conta do crescimento da violência urbana. Ela cresceu muito no país. O Brasil sempre foi violento, mas essa violência interpessoal e ligada ao crime e à repressão ao crime, às polícias,



cresceu muito, e as drogas foram para o centro do debate. Falar sobre drogas deixou de ser uma coisa menos importante, passou a ser fundamental. Mesmo que seja lamentável que o uso de drogas fosse tratado como prescindível acadêmica e politicamente por si só, o fato é que a violência o transformou em tema “sério”. Há outras questões culturais muito interessantes para pensar. No Brasil, e em muitos países, drogas como a maconha, que é a droga ilícita mais consumida no planeta, passou por uma mudança de estatuto social importante. Hoje, há um nível de aceitação social da maconha muito diferente de vinte anos atrás. É um processo que não é novo, se inicia nos anos 1960, exatamente quando as classes médias passam a fazer o uso, mesmo que mais ligado à juventude, mas não só, à classe artística, a maconha vai entrando no imaginário e isso a torna figura recorrente no *mainstream*. Assim, houve uma diminuição da demonização e uma maior abertura ao debate do uso de maconha como fenômeno. Já com o crack, isso não acontece. Ao contrário, na eleição de 2010, foi um momento simbólico de um processo de transformação do crack em um grande inimigo nacional. E ele ainda está no imaginário brasileiro como a droga devastadora, a droga que arrebenta, a droga que não é possível se discutir. Para trazer um pouco mais para a Antropologia, eu chamo na minha tese de doutorado⁶ – que acabou de ser publicada: *Substâncias, sujeitos, eventos: uma autoetnografia do uso de drogas*⁷ – de agenciamentos. Usei um termo que, à primeira vista, parece de inspiração deleuziana, mas foi muito mais por ser autoexplicativo. Analisar as drogas pelos seus agenciamentos permite que se leve em conta suas peculiaridades materiais, farmacológicas e sociais. Acho que o debate acadêmico tem muito a crescer quando supera barreiras disciplinares, científicas, quando as Ciências Sociais conversam diretamente com as Ciências Médicas, com a Biologia, com a Neurociência, com a Psicologia – que sempre está em um certo meio do caminho. Cada um tem a sua perspectiva epistemológica, seu ferramental teórico e metodológico, mas acho que é possível produzir conhecimento de mais qualidade sobre drogas quando se rompe esse tipo de barreira. E eu usei agenciamentos, no caso, para, por exemplo, entender que as diferenças entre maconha e crack vão desde suas histórias em um país racista e desigual, até os efeitos psíquicos, neuroquímicos, passando pela forma como elas são usadas e o acesso a elas. O usuário de droga tem agência, que é socialmente moldada, assim como as drogas têm seus agenciamentos farmacológica e socialmente moldados. Evidentemente, a agência da droga não é uma agência de vontade. Ela não tem agência no sentido da vontade e da ação humanas, mas ela tem agenciamentos que fazem com que, a maconha não seja equivalente ao crack. Assim, podemos nos afastar do relativismo radical que ainda existe nas

⁶ Trata-se da tese de doutoramento em Ciências Sociais defendida pelo autor no Departamento de Ciências Sociais da Unicamp, intitulada: “Uso de drogas: substâncias, sujeitos e eventos”, sob orientação do Prof. Dr. Ronaldo Rômulo Machado de Almeida.

⁷ FIORI, Mauricio. **Substâncias, sujeitos, eventos: uma autoetnografia do uso de drogas**. Ed. Telha, 2020.



Ciências Sociais, que é estéril e resulta na apropriação tosca da distinção entre natureza a cultura. Eu vejo com muitos bons olhos esta perspectiva, eu acho que os debates acadêmicos que têm avançado em termos de conhecimento que reconhecem o fenômeno do uso de drogas como indissociável da natureza e da cultura. O jovem negro que fuma maconha em uma favela de São Paulo não é o jovem branco que faz a mesma coisa em um bairro rico de São Paulo, mas a maconha tem agenciamentos que atravessam a ambos a cada tragada. Assim, podemos escapar daquilo o antropólogo Eduardo Vargas⁸ chamou de “divisão do trabalho intelectual” no campo de estudo das drogas: aos médicos, principalmente, caberia estudar o fenômeno em si e aos sociólogos, antropólogos, economistas cabe estudar o que está em volta, os símbolos, a cultura. Essa divisão é ruim, primeiro, porque ela parte de uma hierarquia epistemológica. Segundo, porque ela isola e empobrece o debate. Eu acho que isso é um ganho acadêmico, que pode resultar em um ganho político.

Ronaldo: Continue, por favor ...

Maurício Fiore: Acho que o paradigma proibicionista sofreu fissuras incontestáveis, especialmente nos últimos 10 anos. Você tem já dois países das Américas que romperam mesmo, Canadá e Uruguai, diretamente, além de diversos estados norte-americanos. Não fizeram “puxadinhos jurídicos” como a Holanda, que afrontou o paradigma por meio da tolerância, mas não o fissurou. Há uma fissura, e o Brasil não está fora dela, mas, do ponto de vista prático, o Brasil tristemente não avançou em praticamente nada. Avançamos em termos de debate na sociedade civil – a Plataforma Brasileira de Política de Drogas é um exemplo desse avanço. Há muitos atores sociais relevantes que já debatem esse tema, não aceitam mais que seja interditado ou ignorado. Mas da perspectiva jurídica, policial...

Ronaldo: Então ... continuamos na mesma ...

Maurício Fiore: Continuamos muito estagnados. Tínhamos avançado um pouco nas normativas de saúde ao longo da década de 1990 e 2000 e passamos, depois, a retroceder politicamente. Essa é uma discussão muito complexa que não vamos entrar aqui, centrada em internações, na abstinência, sendo que o que nós temos de mais avançado internacionalmente é a ideia da pluralidade de possibilidades para o cuidado e o tratamento, sendo a abstinência uma delas. A sociedade civil avançou muito, a academia avançou muito em diversas áreas, nas Ciências Sociais especialmente, mas na Neurociência, na própria psiquiatria... Atores políticos relevantes entraram no debate, um ex-presidente, depois outros os seguiram. Mas, formalmente, o Estado

⁸ Prof. Dr. Eduardo Viana Vargas, docente do Departamento de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Minas Gerais.



permanece impermeável em seu paradigma proibicionista, principalmente ao ignorar as suas consequências no encarceramento, na produção de estigma, além do autoritarismo, que é uma consequência intrínseca do modelo. As consequências colaterais, o sistema prisional, hoje, diante de uma pandemia, cerca de um terço está lá por causa de drogas. A gente já teria uma situação bem menos dramática agora se não tivéssemos tantos presos por drogas. E temos porque ainda continuamos apostando que vamos encarcerar traficantes e diminuir o consumo. Então, minha perspectiva pessimista é que, eleitoralmente, as drogas continuam sendo tratadas sob a lógica do paradigma proibicionista, condenadas ao simplismo do paradigma proibicionista, que é o mais radical possível, sem abertura para outras possibilidades. Ainda que seja difícil, há valores que devem ser discutidos. Não é a ciência que vai oferecer uma saída, ela vai subsidiar o debate, mas são decisões políticas. Infelizmente, não consigo ser tão otimista, tomara que isso possa avançar nos próximos anos, mas não parece. Tudo indica que o Brasil será retardatário, também, nessa questão. Temos uma história triste de atraso com temas fundamentais. A escravidão é o mais triste entre eles, espero que com as drogas não se passe da mesma forma.

Ronaldo: Entendo ...

Maurício Fiore: Pois é. Eu não sou um antiproibicionista radical, já me chamaram de antiproibicionista que os proibicionistas gostam, porque gosto de debater, vou a eventos sabidamente proibicionistas. Valorizo o debate, me questiono, com alguma frequência me pergunto se o que defendo é de fato o melhor caminho, porque o uso de drogas é um tema muito complexo. Aí o Osmar Terra⁹, com quem já debati mais de uma vez, e que tem uma postura muito ruim, que é o de desqualificar o interlocutor e interditar o debate, o que ele tem feito? Virou o expoente do negacionismo diante da maior pandemia do século. Espero que colegas cientistas levem isso em consideração quando ele e seus seguidores no governo apresentarem seus argumentos falaciosos a respeito de política de drogas.

Ronaldo: Maurício, por nós continuaríamos mais alguns dias de diálogo, mas os compromissos nos cobram objetividade. Registro uma vez mais nossa gratidão por tua contribuição ao Dossiê.

⁹ Refere-se ao controverso médico Osmar Gasparini Terra, formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, político brasileiro, filiado ao Movimento Democrático Brasileiro, atual Ministro da Cidadania desde 02/01/2019.



Como citar esta entrevista:

GOMES, Ronaldo Martins. O debate dos psicoativos nas ciências sociais: uma entrevista com Maurício Fiore. **Áskesis**. São Carlos - SP, v.8, n.2, p. 148-159, jul./dez. 2019.

ISSN: 2238-3069

DOI: <https://doi.org/10.46269/8219.545>

Data de submissão do artigo: 05/06/2020

Data da decisão editorial: 04/08/2020